

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

COLETÂNEA DE QUESTÕES DE PROVA ANTERIORES DO CESPE

1 Noções de organização administrativa. 1.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 1.2 Administração direta e indireta. 1.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

1. (TJ/RO – Técnico judiciário – CESPE 2012) Acerca de organização administrativa, assinale a opção correta.

A O Estado democrático caracteriza-se por promover o interesse coletivo e pela separação de poderes, ou seja, pela não concentração de funções ou atividades em um único órgão ou pessoa.

B O terceiro setor, conhecido como setor social, é constituído por pessoas jurídicas de direito público, cujos interesses são filantrópicos, ou seja, voltados ao fomento de atividades como saúde e educação.

C A União detém competência para anular ato administrativo de concessão de aposentadoria praticado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

D O segundo setor é constituído por pessoas jurídicas de direito público.

E A organização administrativa brasileira caracteriza-se pela ausência de relações de hierarquia.

2. (TJ/RO – Técnico judiciário – CESPE 2012). Com relação à administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, assinale a opção correta.

A É constitucional a lei de Estado que determine a criação e extinção de entidades da administração indireta estadual.

B A distribuição de competências pelo tribunal de justiça no âmbito de sua própria estrutura configura descentralização.

C Nas autarquias, entidades integrantes da administração pública indireta, as relações de trabalho regem-se pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

D A criação de uma agência reguladora é exemplo de desconcentração.

E As secretarias de Estado são consideradas órgãos públicos, não integrando, portanto, a administração indireta.

3. (TJ/AL – Auxiliar judiciário – CESPE 2012) Acerca da administração direta e indireta, assinale a opção correta.

A A descentralização pode ser feita por meio de outorga ou delegação, meios de que dispõe o poder público para transferir, por tempo determinado, a prestação de determinado serviço público a ente público ou a particular.

B A administração direta compreende os órgãos que integram as pessoas políticas do Estado, aos quais se atribui competência para exercício, de forma descentralizada, das atividades administrativas.

C A administração indireta abrange as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

D A descentralização administrativa não admite a desconcentração territorial, material e hierárquica.

E As autarquias são entidades administrativas autônomas, criadas por lei específica, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, resultantes da desconcentração do exercício das atividades públicas.

4. **(DEPEN – Agente Penitenciário – CESPE 2013)** As fundações públicas poderão ser criadas para exercerem atividades de fins lucrativos.

5. **(DEPEN – Agente Penitenciário – CESPE 2013)** Sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, instituídas pelo Poder Público, sob qualquer forma jurídica, para exploração de atividades de natureza econômica ou execução de serviços públicos.

6. **(IBAMA – Analista Administrativo – CESPE 2013)** São pessoas jurídicas de direito público as autarquias, as fundações públicas e as empresas públicas.

7. **(IBAMA – Analista Administrativo – CESPE 2013)** O IBAMA é uma autarquia, portanto, é um órgão da administração direta e descentralizada.

Em relação ao objeto e às fontes do direito administrativo, julgue os itens seguintes.

8. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** Pelo critério do Poder Executivo, os atos administrativos praticados pelos Poderes Legislativo e Judiciário não seriam objetos de estudo do direito administrativo.

9. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** Considerada fonte secundária do direito administrativo, a jurisprudência não tem força cogente de uma norma criada pelo legislador, salvo no caso de súmula vinculante, cujo cumprimento é obrigatório pela administração pública. Acerca de princípios da administração pública, e conceitos de administração pública, órgão público e servidor, julgue os itens a seguir.

10. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** A expressão administração pública, em sentido orgânico, refere-se aos agentes, aos órgãos e às entidades públicas que exercem a função administrativa.

11. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** Cargo público é, na organização funcional da administração direta e de suas autarquias e fundações públicas, ocupado por servidor público, com funções específicas e remuneração fixadas em lei. Assim, a pessoa que mantém vínculo trabalhista com o Estado, sob a regência da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ocupa cargo público.

12. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** Com base na Constituição Federal de 1988, a vedação de acúmulo remunerado de cargos, empregos ou funções públicas não se estende às sociedades de economia mista, pois essas são pessoas jurídicas de direito privado.

13. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** A supremacia do interesse público constitui um dos princípios que regem a atividade da administração pública,

expressamente previsto na Constituição Federal. Com relação à administração pública direta e indireta, às autarquias e às empresas públicas, julgue os itens que se seguem.

14.(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, com totalidade de capital público, cuja criação depende de autorização legislativa, e sua estruturação jurídica pode se dar em qualquer forma admitida em direito.

15.(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) O instituto da desconcentração permite que as atribuições sejam distribuídas entre órgãos públicos pertencentes a uma única pessoa jurídica com vistas a alcançar uma melhora na estrutura organizacional. Assim, concentração refere-se à administração direta; já desconcentração, à indireta.

16. (INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) A autarquia, mesmo sendo integrante da administração pública indireta, tem personalidade jurídica de direito privado e sua criação depende de lei específica. Acerca de atos administrativos, julgue os itens a seguir.

Julgue os itens seguintes, relativos à organização administrativa do Estado.

17. (TRT 10ª Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – CESPE 2013) As empresas públicas devem ser constituídas obrigatoriamente sob a forma de sociedade anônima.

18. (TRT 10ª Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – CESPE 2013) O fato de uma autarquia federal criar, em alguns estados da Federação, representações regionais para aproximar o poder público do cidadão caracteriza o fenômeno da descentralização administrativa.

No que se refere ao conceito de administração pública e à classificação dos órgãos públicos, julgue os itens seguintes.

19. (TJDFT – Analista Judiciário – CESPE 2013) Os órgãos públicos classificam-se, quanto à estrutura, em órgãos singulares, formados por um único agente, e coletivos, integrados por mais de um agente ou órgão.

20.(TJDFT – Analista Judiciário – CESPE 2013) Administração pública em sentido orgânico designa os entes que exercem as funções administrativas, compreendendo as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes incumbidos dessas funções. Acerca das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, julgue os itens a seguir.

21.(TJDFT – Analista Judiciário – CESPE 2013) As sociedades de economia mista podem revestir-se de qualquer das formas em direito admitidas, a critério do poder público, que procede à sua criação.

22.(TJDFT – Analista Judiciário – CESPE 2013) Pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta, as empresas públicas são criadas por autorização legal para que o governo exerça atividades de caráter econômico ou preste serviços públicos. Considerando as disposições legais a respeito de improbidade administrativa, julgue o item seguinte.

23. **(TRT 10ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013)** As autarquias federais detêm autonomia administrativa relativa, estando subordinadas aos respectivos ministérios de sua área de atuação.

24. **(TRT 10ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013)** A concessão de serviço público a particulares é classificada como descentralização administrativa por delegação ou por colaboração.

Julgue os itens subsequentes, relativos à administração pública direta e indireta e às entidades paraestatais.

25. **(TJRR – Analista Processual – CESPE 2012)** As denominadas entidades de apoio não têm fins lucrativos e são instituídas por iniciativa do poder público para a prestação, em caráter privado, de serviços sociais não exclusivos do Estado.

26. **(TJRR – Analista Processual – CESPE 2012)** Formada mediante a conjugação de capitais público e privado, a sociedade de economia mista é organizada sob a forma de sociedade anônima e prescinde da participação do poder público na sua gestão.

27. **(CNJ – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** As entidades políticas são pessoas jurídicas de direito público interno, como a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Já as entidades administrativas integram a administração pública, mas não têm autonomia política, como as autarquias e as fundações públicas.

28. **(CNJ – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Considere que determinada sociedade de economia mista exerça atividade econômica de natureza empresarial. Nessa situação hipotética, a referida sociedade não é considerada integrante da administração indireta do respectivo ente federativo, pois, para ser considerada como tal, ela deve prestar serviço público.

A respeito da administração direta e indireta e dos conceitos de centralização e descentralização, julgue os próximos itens.

29. **(TJDFT – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado que integram a administração indireta, não podem exercer atividade de natureza lucrativa.

30. **(TJDFT – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Quando o Estado cria uma entidade e a ela transfere, por lei, determinado serviço público, ocorre a descentralização por meio de outorga.

31. **(TJDFT – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** A criação, por uma universidade federal, de um departamento específico para cursos de pós-graduação é exemplo de descentralização.

Acerca dos poderes administrativos e do uso e abuso do poder, julgue os itens subsecutivos.

32. **(TJRR – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Caracteriza desvio de finalidade, espécie de abuso de poder, a conduta do agente que, embora dentro de sua competência, se afasta do interesse público, que deve nortear todo o desempenho administrativo, para alcançar fim diverso daquele que a lei lhe permitiu.

33. **(TJRR – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Como fator que decorre do poder hierárquico, a relação de subordinação tem caráter interno e se estabelece entre órgãos de uma mesma pessoa administrativa; a vinculação, ao contrário, possui caráter externo e resulta do poder de supervisão que os órgãos detêm sobre as entidades a eles vinculadas, como, por exemplo, o que uma secretaria de estado exerce sobre uma autarquia.

34. **(TRT 21ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2010)** Segundo a doutrina, o poder de polícia tanto pode ser discricionário quanto vinculado.

35. **(TJ/AL – Técnico judiciário – CESPE 2012)** Considere que o presidente da República tenha proposto ao Congresso Nacional a edição de uma lei que autorizasse a criação de pessoa jurídica, de direito privado, de capital público e privado, cujos atos constitutivos fossem registrados após a referida lei. Nessa situação, o presidente estaria autorizando a criação de uma

A OSCIP.

B empresa pública.

C sociedade de economia mista.

D autarquia.

E agência reguladora.

Acerca da administração direta e indireta, julgue os itens subsequentes.

36. **(TJRR – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** A administração indireta abrange o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à administração direta, têm o objetivo de desempenhar, de forma descentralizada, as atividades administrativas.

37. **(TJRR – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** A administração direta compreende os órgãos e as pessoas jurídicas de direito público que prestam serviços típicos do Estado; no âmbito federal, integram a administração direta os ministérios e as autarquias.

38. **(TJRR – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Embora possuam capital exclusivamente público, as empresas públicas são pessoas jurídicas a que se aplicam, preponderantemente, normas de direito privado.

Julgue os itens a seguir, que versam sobre organização administrativa.

39. **(TJRR – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Administração pública, em sentido objetivo ou material, consiste no conjunto de órgãos, agentes e pessoas jurídicas instituídas para a consecução dos objetivos do governo.

40. **(TJRR – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Quando o Estado cria entidades dotadas de patrimônio e personalidade jurídica para propiciar melhorias em sua organização, ocorre o que se denomina desconcentração.

41. (TJRR – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Tanto a criação quanto a extinção de órgãos públicos depende da edição de lei específica; contudo, a estruturação e o estabelecimento das atribuições desses órgãos, desde que não impliquem aumento de despesa, podem ser processados por decreto do chefe do Poder Executivo.

Julgue os itens a seguir, relativos à administração pública.

42. (TRT 10ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) As ações judiciais promovidas contra sociedade de economia mista sujeitam-se ao prazo prescricional de cinco anos.

43. (TRT 10ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Consoante a doutrina, as entidades autárquicas são pessoas jurídicas de direito público, de natureza administrativa, criadas por lei, para realizar, de forma descentralizada, atividades, obras ou serviços.

44. (TRT 10ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) As entidades paraestatais não se sujeitam à licitação, e seus empregados submetem-se ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, às normas acidentárias e à justiça trabalhista.

45. (TRT 10ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) A administração pública é una, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum.

A respeito da organização administrativa da União, julgue os itens seguintes.

46. (TCU – Técnico de Controle Externo – CESPE 2012) Não se admite a criação de fundações públicas para a exploração de atividade econômica.

47. (TCU – Técnico de Controle Externo – CESPE 2012) Autarquias federais podem ser extintas mediante decreto do presidente da República.

48. (TCU – Técnico de Controle Externo – CESPE 2012) Uma sociedade de economia mista somente poderá ser constituída sob a forma de sociedade anônima.

49. (TRT 21ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2010) As pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta não podem participar da composição do capital de empresas públicas, já que o capital dessas empresas é inteiramente público.

Julgue o item abaixo, acerca da classificação dos órgãos públicos.

50. (TRT 21ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2010) Quanto à posição estatal, as secretarias estaduais e as municipais são consideradas órgãos públicos subalternos.

Acerca de administração descentralizada, julgue o item abaixo.

51. (TRT 17ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) A administração descentralizada caracteriza-se pela distribuição de competências no interior de uma mesma pessoa jurídica, de modo a permitir um desempenho mais adequado das atribuições administrativas.

2 Ato administrativo. 2.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.

No que concerne aos atos administrativos e à prescrição, julgue os itens que se seguem.

52.(TRT 10ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013) Sendo a revogação a extinção de um ato administrativo por motivos de conveniência e oportunidade, é ela, por essência, discricionária.

53. (TRT 10ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013) Os fatos administrativos não produzem efeitos jurídicos, motivo pelo qual não são enquadrados no conceito de ato administrativo. Julgue os próximos itens, relativos à administração indireta e à descentralização administrativa.

54. (TRT 10ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013) O Poder Judiciário, no exercício da atividade administrativa, pode exercer controle administrativo, inclusive para revogar seus próprios atos administrativos.

55. (TJRR – Analista Processual – CESPE 2012) Segundo a doutrina, no aspecto formal, a administração pública é compreendida como a manifestação do poder público mediante a prática de atos jurídico-administrativos dotados da propriedade de autoexecutoriedade.

A respeito da disciplina dos atos administrativos e do processo administrativo, julgue os itens que se seguem.

56.(TJRR – Analista Processual – CESPE 2012) Quando o sujeito pratica o ato administrativo em hipótese considerada pela lei como de impedimento, resta configurada a nulidade absoluta, circunstância que impede a convalidação do ato.

57.(TJRR – Analista Processual – CESPE 2012) Considerando-se que ao superior hierárquico é permitido rever os atos de seus subordinados, admite-se, no processo administrativo, a alegação em instância superior de fato não arguido no início do processo, bem como o reexame de matéria fática e a produção de novas provas.

58. (TJRR – Analista Processual – CESPE 2012) No que se refere à formação da vontade, os atos administrativos simples são aqueles que decorrem da declaração de vontade de um único órgão, o qual pode ser tanto singular quanto colegiado.

59.(IBAMA – Técnico Administrativo – CESPE 2012) O atributo da exigibilidade, presente em todos os atos administrativos, representa a execução material que desconstitui a ilegalidade.

Acerca do ato administrativo, julgue os itens seguintes.

60. (MPU – Técnico Administrativo – CESPE 2013) Dada a imperatividade, atributo do ato administrativo, devem-se presumir verdadeiros os fatos declarados em certidão solicitada por servidor do MPU e emitida por técnico do órgão.

61. **(MPU – Técnico Administrativo – CESPE 2013)** O ato de nomeação de cinquenta candidatos habilitados em concurso público classifica-se, quanto a seus destinatários, como ato administrativo individual ou concreto.

62. **(MPU – Técnico Administrativo – CESPE 2013)** A redistribuição, de ofício, de servidor público promovida como punição por algum ato por ele praticado caracteriza vício quanto ao motivo, um dos requisitos do ato administrativo.

Com relação aos atos administrativos, julgue os itens subsecutivos.

63. **(TJDFT – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** O ato administrativo eivado de vício de forma é passível de convalidação, mesmo que a lei estabeleça forma específica essencial à validade do ato.

64. **(TJDFT – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Considere que determinado agente público detentor de competência para aplicar a penalidade de suspensão resolva impor, sem ter atribuição para tanto, a penalidade de demissão, por entender que o fato praticado se encaixaria em uma das hipóteses de demissão. Nesse caso, a conduta do agente caracterizará abuso de poder, na modalidade denominada excesso de poder.

65. **(TJ/AL – Técnico judiciário – CESPE 2012)** O administrador público que concede aposentadoria por tempo de serviço a um servidor que reúne condições para tanto está realizando, necessariamente, um ato administrativo classificado como

- A discricionário.
- B vinculado.
- C de gestão.
- D geral.
- E negocial.

66. **(TRT 8ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013).**No que diz respeito ao conceito e à classificação dos atos administrativos, assinale a opção correta.

A Ato administrativo imperfeito é aquele que já completou o seu ciclo de formação, mas está sujeito a condição ou termo para que comece a produzir efeitos.

B O ato administrativo declaratório consiste naquele em que a administração apenas reconhece um direito que já existia antes do ato, como é o caso da revogação.

C Os atos de direito privado da administração são considerados atos administrativos.

D Quanto às prerrogativas com que atua a administração, os atos administrativos podem ser classificados como simples, complexos e compostos.

E Pelo critério formal, ato administrativo é o que ditam os órgãos administrativos, ficando excluídos dessa conceituação os atos provenientes dos órgãos legislativo e judicial, ainda que tenham a mesma natureza daqueles.

67. **(TRT 8ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Com referência aos requisitos dos atos administrativos, assinale a opção correta.

A A finalidade, em sentido estrito, corresponde à consecução de um resultado de interesse público.

B Motivo é o pressuposto de direito que serve de fundamento ao ato administrativo, sendo possível a invalidação do ato na hipótese de ter ele sido indicado um motivo falso.

C O silêncio da administração pública pode significar forma de manifestação de vontade, quando a lei assim o prevê.

D A competência é indelegável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria. E O objeto é o efeito jurídico mediato que o ato produz.

68. (TJ/AL – Auxiliar judiciário – CESPE 2012) No que concerne às espécies de atos administrativos, assinale a opção correta.

A Admissão é ato administrativo vinculado por meio do qual se reconhece ao administrado o direito de ingressar em determinada situação jurídica.

B A autorização é ato administrativo vinculado e precário, podendo o administrado exigir sua emissão caso estejam satisfeitos todos os requisitos estabelecidos em norma.

C A permissão e a concessão são atos administrativos discricionários e precários para cuja ocorrência é dispensável a manifestação de vontades das partes — administração e administrado.

D A dispensa é exemplo de ato administrativo discricionário, mediante o qual a autoridade administrativa exonera o administrado segundo critérios de conveniência e oportunidade.

E A homologação é ato de controle de legalidade que não comporta juízo de conveniência e oportunidade por parte da administração pública, devendo sua conformidade com a lei ser examinada necessariamente a priori, ou seja, antes da execução do ato.

69. (TJ/AL – Auxiliar judiciário – CESPE 2012) Ainda com relação aos atos administrativos, assinale a opção correta.

A É prevacente o entendimento de que o Poder Judiciário não detém competência para aferir o mérito dos atos administrativos, dado o poder conferido ao administrador para praticar, com base no que dispõe a lei e segundo os critérios de conveniência e oportunidade, não só atos discricionários, mas também atos vinculados.

B São atributos de todos os atos administrativos a imperatividade e a autoexecutoriedade.

C Segundo a doutrina, o excesso de poder decorre de vício de competência exercido além do que a lei permite e o desvio de poder resulta da violação da finalidade.

D Dado o princípio da legalidade, o motivo para a prática dos atos administrativos deve necessariamente estar expresso em lei.

E Segundo a teoria dos motivos determinantes, a motivação expressa — declaração pela administração pública das razões para a prática do ato — é exigível apenas para os atos vinculados.

Com relação aos atos administrativos, julgue o próximo item.

70. (TJRR – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Consideram-se atos enunciativos os que alteram uma relação jurídica, criando, modificando ou extinguindo direitos, dos quais é exemplo o parecer. A respeito do controle da administração, julgue os itens subsequentes.

71. **(TJRR – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** O Poder Legislativo exerce controle financeiro não só sobre sua própria administração, mas também sobre o Poder Executivo e o Judiciário no que se refere a receitas, despesas e gestão dos recursos públicos.

72. **(TJRR – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** O controle de legalidade pode ser exercido tanto internamente, por órgãos da própria administração, quanto externamente, por órgãos dos outros Poderes.

73. **(TJRR – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** O controle de mérito consoma-se pela verificação da conveniência e da oportunidade da conduta administrativa. No que tange à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

A respeito dos atos administrativos, julgue os próximos itens.

74. **(TRT 10ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** A competência administrativa pode ser transferida e prorrogada pela vontade dos interessados, assim como pode ser delegada e avocada de acordo com o interesse do administrador.

75. **(TRT 10ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Conforme a jurisprudência, o ato administrativo que impõe sanção disciplinar a servidor público vincula-se aos princípios da proporcionalidade, dignidade da pessoa humana e culpabilidade. Dessa forma, o controle jurisdicional desse ato é amplo, não se limitando aos aspectos formais do procedimento sancionatório.

76. **(TRT 10ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Segundo a doutrina, os atos administrativos gozam dos atributos da presunção de legitimidade, da imperatividade, da exigibilidade e da autoexecutoriedade.

77. **(TRT 10ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** De acordo com a doutrina, o ato administrativo será considerado perfeito, inválido e eficaz, quando, concluído o seu ciclo de formação, e não se conformando às exigências normativas, ele produzir os efeitos que lhe seriam inerentes.

78. **(TRT 10ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** A promoção constitui ato de investidura derivada, enquanto a nomeação consiste em ato de investidura originária.

79. **(TRT 10ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Os servidores ocupantes de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, desde que não ocupem também cargo efetivo, submetem-se ao regime geral de previdência social.

Julgue os itens seguintes, relativos a poderes administrativos, licitação e controle e responsabilidade da administração pública.

80. **(TRT 10ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Os atos administrativos só podem ser anulados mediante ordem judicial.

81. **(TRT 10ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Toda lei, para sua execução, depende de regulamentação, que consiste em um ato administrativo geral e normativo expedido pelo chefe do Poder Executivo.

82. (TRT 10ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Os atos discricionários praticados pela administração pública estão sujeitos ao controle pelo Poder Judiciário quanto à legalidade formal e substancial, observada a vinculação da administração aos motivos embasadores dos atos por ela praticados, os quais conferem a eles legitimidade e validade.

Com relação aos atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

83. (TCU – Técnico de Controle Externo – CESPE 2012) Os atos praticados por servidor irregularmente investido na função — situação que caracteriza a função de fato — são considerados inexistentes.

84. (TCU – Técnico de Controle Externo – CESPE 2012) A celebração de um contrato de abertura de conta corrente entre um banco público e um particular pessoa física é exemplo de ato administrativo.

85. (TRT 21ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2010) Os atos administrativos cujos efeitos se exauriram não podem ser revogados, visto que a revogação não retroage, limitando-se a impedir que o ato continue a produzir efeitos.

86. (TRT 21ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2010) De acordo com a teoria dos motivos determinantes, na hipótese de ato discricionário, no qual não se faz necessária expressa motivação do agente, pode o interessado comprovar o vício de legalidade incidente neste, quando demonstre a inexistência da situação fática mencionada no ato como determinante da vontade.

Acerca da competência e das espécies de ato administrativo, julgue o item a seguir.

87. (TRT 17ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Atos enunciativos, como as certidões, os atestados e os pareceres, são aqueles que atestam ou reconhecem uma situação de fato ou de direito, sem manifestação de vontade produtora de efeitos por parte da administração pública.

88. (SERPRO – Analista Advocacia – CESPE 2013) O ato eivado de vício ligado ao motivo, elemento do ato administrativo, é passível de convalidação.

89. (SERPRO – Analista Advocacia – CESPE 2013) No âmbito da extinção dos atos administrativos, o fato de um servidor público ser exonerado e o ato de sua exoneração extinguir automaticamente o ato de sua nomeação constitui um exemplo de contraposição.

90. (SERPRO – Analista Advocacia – CESPE 2013) Os atos administrativos vinculados são passíveis de controle pelo Poder Judiciário, enquanto que os atos administrativos discricionários submetem-se apenas ao poder hierárquico da administração pública. A respeito de contratos administrativos e da Lei de Licitações, julgue os itens subsecutivos.

91. (INPI – Analista Direito INPI – CESPE 2013) Ao contrário da revogação, a anulação do ato administrativo pode ser feita tanto pela administração como pelo Poder Judiciário. O

efeito da anulação opera ex tunc e, via de regra, não gera dever de indenizar o particular prejudicado.

Julgue os itens a seguir, relativos aos atos administrativos.

92. **(MPU – Analista Processual – CESPE 2013)** A revogação do ato administrativo, quando legítima, exclui o dever da administração pública de indenizar, mesmo que esse ato tenha afetado o direito de alguém.

93. **(MPU – Analista Processual – CESPE 2013)** A autorização é ato administrativo discricionário mediante o qual a administração pública outorga a alguém o direito de realizar determinada atividade material. Considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

94. **(CNJ – Analista Judiciário – CESPE 2013)** Todos os atos administrativos são imperativos e decorrem do que se denomina poder extroverso, que permite ao poder público editar provimentos que vão além da esfera jurídica do sujeito emitente, interferindo na esfera jurídica de outras pessoas, constituindo-as unilateralmente em obrigações.

95. **(CNJ – Analista Judiciário – CESPE 2013)** Se do atributo da executoriedade do ato administrativo resultar dano ao particular em razão de ilegitimidade ou abuso, o Estado estará obrigado a indenizar o lesado, uma vez configurados a conduta danosa, o dano e o nexo causal.

No que concerne aos atos administrativos, julgue o item abaixo.

96. **(TJDFT – Analista Judiciário – CESPE 2013)** São sempre convalidáveis os atos administrativos com vícios de competência, forma e motivo, mas não os atos com vícios de finalidade e objeto. A respeito da hierarquia na administração pública e da atuação da polícia administrativa, julgue os próximos itens.

No que concerne ao controle dos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

97. **(TJRJ – Analista Judiciário – CESPE 2012)** A revogação de um ato administrativo pode ser total — caso em que se denomina sub-rogação — ou parcial — caso em que é chamada de derrogação. Em atenção ao princípio do paralelismo, ato revogador e ato revogando equiparam-se quanto à sua natureza e força jurídica.

98. **(TJRJ – Analista Judiciário – CESPE 2012)** O controle dos atos administrativos representa uma das principais características do estado democrático de direito. Vale dizer, o controle permite atribuir ao ato eficácia plena quando observadas as formalidades previstas pela lei.

99. **(TJRJ – Analista Judiciário – CESPE 2012)** Tanto o direito administrativo quanto o direito privado distinguem os atos nulos dos atos anuláveis. Os atos e negócios jurídicos contrários ao ordenamento jurídico poderão, no âmbito do direito privado, estar eivados de vícios de nulidade ou anulabilidade, já os atos administrativos praticados em desacordo com o ordenamento jurídico serão considerados inválidos.

100. **(TJRJ – Analista Judiciário – CESPE 2012)** Tratando-se de nulidade superveniente, os efeitos da declaração de nulidade de determinado ato administrativo não retroagem.

101. **(DEPEN – Agente Penitenciário – CESPE 2013)** A cobrança de multas, em caso de resistência do particular, é um ato administrativo autoexecutório.

102. **(DEPEN – Agente Penitenciário – CESPE 2013)** Um ato individual só pode ser revogado se não houver gerado direito adquirido para o seu destinatário.

103. **(DEPEN – Agente Penitenciário – CESPE 2013)** A nomeação do procurador geral da República é um exemplo de ato administrativo composto.

104. **(DEPEN – Agente Penitenciário – CESPE 2013)** Enquanto não for declarada a invalidade do ato administrativo pela administração ou pelo Poder Judiciário, o ato inválido produzirá normalmente seus efeitos.

105. **(DEPEN – Agente Penitenciário – CESPE 2013)** Um banco estatal que celebra com o particular um contrato para fornecimento de cheque especial pratica um ato administrativo.

106. **(IBAMA – Analista Administrativo – CESPE 2013)** De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, serão sempre motivados os atos administrativos que decidam processos administrativos de seleção pública e recursos administrativos e revoguem ato administrativo anteriormente praticado.

107. **(IBAMA – Analista Administrativo – CESPE 2013)** Ato administrativo corresponde, conceitualmente, a manifestação unilateral de vontade do Poder Executivo, com efeito jurídico imediato, exarada sob o regime jurídico de direito público. Acerca da revogação do ato administrativo, julgue os itens que se seguem.

108. **(IBAMA – Analista Administrativo – CESPE 2013)** O direito da administração de revogar os seus atos decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados. De acordo com o estatuto do servidor público federal, julgue os itens subsecutivos.

109. **(TRE/MS – Analista Administrativo – CESPE 2013)** Assinale a opção correta acerca dos atos administrativos e dos poderes da administração pública.

A Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.

B O ato administrativo ilegal praticado por agente administrativo corrupto produz efeitos normalmente, pois traz em si o atributo da presunção, ainda que relativa, de legitimidade.

C Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.

D A admissão é ato administrativo discricionário pelo qual a administração faculta ao interessado a inclusão em estabelecimento do governo para a utilização de um serviço público. E O poder regulamentar é prerrogativa de direito público conferida à administração pública de exercer função normativa para complementar as leis criadas pelo Poder Legislativo, podendo inclusive alterá-las de forma a permitir a sua efetiva aplicação.

3 Agentes públicos.

No que se refere à classificação e às espécies de agentes públicos, julgue os itens seguintes.

110. (TJRR – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Os servidores contratados para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público estão sujeitos ao mesmo regime jurídico aplicável aos servidores estatutários.

111. (TJRR – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Os empregados públicos, embora sujeitos à legislação trabalhista, submetem-se às normas constitucionais referentes a concurso público e à acumulação remunerada de cargos públicos.

Acerca dos agentes e cargos públicos, julgue os itens seguintes.

112. (TRT 17ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Os agentes temporários que desempenham, por tempo determinado, atividades de excepcional interesse público são agentes públicos cuja contratação somente pode ser feita no âmbito da administração direta.

113. (TRT 17ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) As funções de confiança não se confundem com os cargos em comissão, visto que estes são ocupados transitoriamente, sem a necessidade de concurso, e aquelas só podem ser titularizadas por servidores públicos ocupantes de cargos efetivos.

114. (TJ/AL – Técnico judiciário – CESPE 2012) Um servidor que, no interesse do serviço, passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, deve perceber, para custear suas despesas de instalação,

A indenização de transporte.

B adicional pela prestação de serviço extraordinária.

C diária.

D vencimento básico.

E ajuda de custo.

115. (TJ/AL – Técnico judiciário – CESPE 2012) Considere que a determinado servidor público estatutário tenha sido concedida licença sem remuneração e por prazo indeterminado. Nesse caso, conclui-se ao servidor foi concedida licença

A para atividade política.

B para serviço militar.

C por motivo de afastamento do cônjuge.

D por motivo de doença em pessoa da família.

E de capacitação profissional.

116. (IBAMA – Analista Administrativo – CESPE 2013) A inabilitação em estágio probatório e o abandono do cargo por mais de trinta dias consecutivos são situações que acarretam a exoneração do servidor ocupante de cargo efetivo.

117. (INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) A sociedade empresária privada em colaboração com o poder público, o jurado e o militar são exemplos de agentes públicos.

118. (TJ/RO – Técnico judiciário – CESPE 2012) Em relação aos agentes públicos, assinale a opção correta.

A Os agentes políticos, embora detentores de certas prerrogativas que os distinguem dos demais agentes públicos, sujeitam-se às regras comuns aplicáveis aos servidores públicos em geral.

B Militar e jurado não integram a categoria de agentes públicos.

C O agente público, pessoa física, confunde-se com a figura do órgão administrativo que representa.

D São exemplos de agentes políticos os chefes do Executivo, os membros do Poder Legislativo e os membros do Poder Judiciário.

E Artista consagrado contratado pelo poder público para representar o Brasil em congresso internacional é exemplo de agente credenciado, também considerado funcionário público para fins penais.

119. (TJ/AL – Auxiliar judiciário – CESPE 2012) Com relação às espécies e à classificação dos agentes públicos, bem como a cargo, emprego e função pública, assinale a opção correta.

A Os servidores temporários são admitidos no serviço público para desempenhar, por tempo determinado, atividades de natureza técnica especializada, mediante regime jurídico especial disciplinado em lei.

B Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo-lhes assegurada isonomia de condições para o ingresso.

C Admite-se a extinção pelo presidente da República, independentemente de autorização legislativa, mediante decreto autônomo, de funções e cargos públicos que estejam vagos.

D A designação agente público restringe-se à pessoa física que, após se submeter a concurso de prova ou de provas e títulos, passa a prestar serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da administração indireta.

E Os empregados públicos são contratados sob o regime da legislação trabalhista, não se submetendo, portanto, às regras constitucionais relativas à acumulação de cargos e vencimentos.

120. (INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) Caso um servidor, nomeado para cargo em comissão sem vínculo efetivo com o serviço público, seja exonerado, não haverá, entre ele e a administração pública, nenhuma relação jurídica funcional.

121. (INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) No caso de exoneração de servidor público concursado e nomeado para cargo efetivo, é necessária a instauração de processo administrativo disciplinar para assegurar os princípios da ampla defesa e do contraditório.

122. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** As sanções penais, civis e administrativas são independentes entre si e, por esse motivo, não poderão ser acumuladas.

123. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** O servidor público deve informar as irregularidades de que tiver conhecimento, em razão do cargo que ocupa, à sua autoridade superior para a devida apuração.

124. **(MPU – Analista Processual – CESPE 2013)** São requisitos para a investidura em cargo público, entre outros, a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental, podendo as atribuições do cargo justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

125. **(MPU – Analista Processual – CESPE 2013)** O período em que o servidor estiver de licença para desempenhar mandato classista conta como tempo de serviço, sendo considerado de efetivo exercício, salvo para efeito de promoção por merecimento. Julgue os seguintes itens, referentes ao aviso prévio.

A respeito dos agentes públicos, julgue os próximos itens.

126. **(MPU – Técnico Administrativo – CESPE 2013)** Admite-se a realização, pela administração pública, de processo seletivo simplificado para contratar profissionais por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

127. **(MPU – Técnico Administrativo – CESPE 2013)** Os ministros de Estado são considerados agentes políticos, dado que integram os mais altos escalões do poder público.

128. **(MPU – Técnico Administrativo – CESPE 2013)** É permitida a acumulação remunerada de cargo de professor de universidade pública estadual com o de procurador da República, ainda que não haja compatibilidade de horários.

Consoante à organização administrativa, à administração indireta e a agentes públicos, julgue os itens que se seguem.

129. **(CNJ – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** Considere que determinado cidadão tenha sido convocado como mesário em um pleito eleitoral. Nessa situação hipotética, no exercício de suas atribuições, ele deve ser considerado agente político e, para fins penais, funcionário público.

130. **(TRT 8ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** A propósito das disposições gerais da Lei n.º 8.429/1992, assinale a opção correta.

A Não será considerado agente público, para os efeitos da lei em pauta, aquele que exerça, sem remuneração, função em autarquia federal.

B O dano deve ser ressarcido integralmente caso ocorra lesão ao patrimônio público por ação ou omissão dolosa do agente público, sendo dispensável o ressarcimento na hipótese de omissão culposa.

C Estará sujeito às cominações da lei em questão o sucessor daquele que se enriquecer ilicitamente, até o limite do valor das vantagens patrimoniais recebidas indevidamente.

D Na hipótese em que o ato de improbidade ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao TCU, visando a indisponibilidade dos bens do indiciado.

E Deve ser punido, na forma da lei em apreço, o ato de improbidade administrativa praticado por agente público contra entidade para cuja criação o erário tenha concorrido com mais de 50% do patrimônio.

131. (TRT 8ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) A respeito dos atos de improbidade administrativa previstos na Lei n.º 8.429/1992, assinale a opção correta.

A Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública estão disciplinados na lei em apreço, em um rol taxativo de condutas.

B Não constitui ato de improbidade administrativa causador de lesão ao erário a doação, a pessoa jurídica de fins assistenciais, de bens integrantes do patrimônio de fundação pública de direito público, ainda que não haja a observância das formalidades regulamentares aplicáveis.

C A ação dolosa que enseje malbaratamento dos haveres de entidade que receba incentivo fiscal de órgão público constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.

D Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito a facilitação da incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física, de renda integrante do acervo patrimonial de órgão pertencente ao Poder Judiciário da União.

E A conduta consistente no recebimento, por técnico judiciário, de bem móvel, a título de presente destinado a terceiro, dado por pessoa que tenha interesse indireto, que possa ser amparado por ação decorrente das atribuições do referido agente público, não constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

Considere que um servidor estável, tendo desrespeitado, na presença dos seus colegas de serviço, uma ordem direta, pessoal e legítima de seu superior hierárquico, abandone o cargo. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens subsecutivos.

132. (TRT 17ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013) Mesmo diante da gravidade da infração e da notoriedade da conduta, a exoneração do servidor, de ofício, por abandono de cargo viola os princípios da legalidade e da ampla defesa, conforme entendimento do STJ.

133. (TRT 17ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013) Instaurado procedimento administrativo disciplinar para apurar a infração, caso o servidor, devidamente notificado, não apresente defesa no prazo legal, ser-lhe-ão declarados os efeitos da revelia, reputando-se como verdadeiros os fatos a ele imputados.

134. (TRE/MS – Analista Administrativo – CESPE 2013) Assinale a opção correta, a respeito dos agentes administrativos e dos atos de improbidade administrativa estabelecidos na Lei n.º 8.429/1992.

A posse no cargo público confere ao servidor o direito a percepção de retribuição pecuniária como contraprestação pelo desempenho das funções inerentes ao cargo.

B Considera-se agente público todo aquele que exerce, exclusivamente com remuneração, função pública como preposto do Estado.

C O agente público que auferir vantagem patrimonial indevida em razão de consultoria prestada a pessoa física cujo interesse possa ser atingido por ação decorrente das atribuições daquele agente, no desempenho de suas atividades, incorre em ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.

D O ato de improbidade administrativa que cause lesão ao erário sujeitará o responsável apenas ao ressarcimento integral do dano.

E O recrutamento para o regime de emprego público não exige prévia aprovação em concurso público, uma vez que o vínculo laboral estabelecido entre a administração e o agente tem natureza contratual.

4 Poderes administrativos. 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 4.2 Uso e abuso do poder.

135. (TJ/AL – Auxiliar judiciário – CESPE 2012) No tocante aos poderes da administração e ao uso e abuso do poder, assinale a opção correta.

A O poder regulamentar da administração pública manifesta-se por meio de atos de natureza normativa, instituidores de direito novo de forma ampla e genérica, com efeitos gerais e abstratos, expedidos em virtude de competência própria dos órgãos estatais.

B Decorrem do poder de polícia da administração pública os atos que se destinam à limitação dos interesses individuais em favor do interesse público, sendo a autoexecutoriedade a principal característica de todas as medidas de polícia.

C Segundo a doutrina, o abuso de poder, que pode assumir duas formas, comissiva ou omissiva, efetiva-se quando a autoridade competente, ao praticar ou omitir ato administrativo, ultrapassa os limites de suas atribuições ou se desvia das finalidades administrativas, circunstâncias em que o ato do agente somente poderá ser revisto pelo Poder Judiciário.

D A prerrogativa de que dispõe a administração pública para não só ordenar e coordenar, mas também para corrigir as atividades de seus órgãos e agentes resulta do poder hierárquico, cujo exercício limita-se ao controle de legalidade.

E A administração, no exercício do poder disciplinar, apura infrações e aplica penalidades aos servidores e particulares sujeitos à disciplina administrativa, por meio do procedimento legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

136. (ANTT – Analista Administrativo Direito – CESPE 2013) O poder regulamentar das agências reguladoras consiste na fiel execução das leis, ao passo que o poder regulatório dessas agências efetiva-se na elaboração de normas técnicas, que criam obrigações e proibições incidentes sobre determinadas atividades privadas, independentemente de previsão legal, sendo semelhante aos poderes outorgados ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público.

137. (ANTT – Analista Administrativo Direito – CESPE 2013) O poder atribuído ao superior hierárquico para dirimir controvérsias entre os órgãos subordinados é inerente ao poder hierárquico, não havendo necessidade de que seja regulado por lei específica.

138. **(CNJ – Analista Judiciário – CESPE 2013)** A função típica do Poder Judiciário é a jurisdicional, sendo-lhe vedada a prática das funções administrativa e legislativa, que são reservadas, por força do princípio da separação dos poderes, ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo.

139. **(CNJ – Analista Judiciário – CESPE 2013)** O objeto do poder de polícia administrativa é todo bem, direito ou atividade individual que possa afetar a coletividade ou pôr em risco a segurança nacional.

140. **(TJDFT – Analista Judiciário – CESPE 2013)** No que se refere ao exercício do poder de polícia, denomina-se exigibilidade a prerrogativa da administração de praticar atos e colocá-los em imediata execução, sem depender de prévia manifestação judicial.

141. **(TJ/AL – Auxiliar judiciário – CESPE 2012)** Acerca dos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

A O desvio de poder, conduta que viola o princípio da moralidade administrativa, submete-se ao controle *interna corporis* da administração pública, sendo vedada sua apreciação pelo Poder Judiciário, cuja atuação é admitida apenas para controle de atos legais e de improbidade.

B O princípio da publicidade assegura a divulgação ampla dos atos praticados pela administração pública, quer tratem eles de assuntos de interesse particular, quer tratem de assuntos de interesse coletivo ou geral, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei. C A observância do princípio da legalidade — limitação imposta ao Estado, que só pode fazer o que a lei permite — não impede que a administração, por simples ato administrativo, conceda direitos, crie obrigações ou imponha vedações aos administrados em benefício da coletividade. D A autoridade administrativa pode, em determinadas situações, renunciar, total ou parcialmente, aos interesses públicos, prescindindo de autorização expressa em lei para tal, visto que o princípio da finalidade pública não é absoluto.

E O princípio da impessoalidade tem por finalidade específica impedir que o administrador atue no julgamento de processo administrativo de que seja parte interessada seu cônjuge ou companheiro ou parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

142. **(TJ/RO – Técnico judiciário – CESPE 2012)** Com relação aos poderes administrativos, assinale a opção correta.

A O abuso de poder é conduta comissiva, que afronta, entre outros, o princípio da legalidade e o da moralidade, e se sujeita, portanto, ao controle judicial, que se sobrepõe ao controle administrativo.

B A nomeação para cargo de provimento em comissão é exemplo de exercício do poder hierárquico pela administração pública.

C Não se distinguem quanto ao alcance o poder disciplinar da administração pública e o poder punitivo do estado exercido pelo Poder Judiciário.

D A administração pública exerce seu poder disciplinar ao aplicar sanção de suspensão a servidor público e seu poder discricionário ao determinar a suspensão como sanção a ser aplicada.

E Servidor da vigilância sanitária que apreende, em estabelecimento comercial, produtos alimentícios fora do prazo de validade exerce poder de polícia.

5 Licitação. 5.1 Princípios. 5.2 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. 5.3 Modalidades. 5.4 Tipos. 5.5 Procedimento.

143. (TJ/AL – Auxiliar judiciário – CESPE 2012) Acerca de licitação, assinale a opção correta.

A O respeito ao princípio da impessoalidade não impede que a administração considere, no julgamento das propostas, as condições pessoais do licitante, tampouco obsta a aceitação de vantagens especiais oferecidas em relação ao objeto a ser contratado, ainda que estas não constem das especificações previstas no instrumento convocatório.

B A dispensa e a inexigibilidade de licitação não se devem propriamente à inviabilidade de competição entre licitantes, mas à prerrogativa de que dispõe a administração pública de optar tanto pela dispensa quanto pela não exigência do procedimento licitatório para aquisição de bens e serviços.

C São casos de dispensa de licitação as situações de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

D É inexigível a licitação na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado.

E O procedimento licitatório, independentemente da modalidade de licitação, caracteriza-se pela ampla publicidade de todas as suas etapas, em especial da de divulgação, dada a necessidade de atrair o maior número possível de licitantes.

Com base na Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens subsequentes.

144. (DEPEN – Agente Penitenciário – CESPE 2013) A contratação de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, poderá ser feita com dispensa de prévio procedimento licitatório.

145. (DEPEN – Agente Penitenciário – CESPE 2013) Toda modalidade de licitação deverá ser precedida pelo respectivo edital, que especificará as normas e os procedimentos do respectivo certame.

Em relação ao regime jurídico das licitações e dos contratos administrativos, julgue os itens seguintes.

146. (ANTT – Analista Administrativo Direito – CESPE 2013) É possível a contratação direta de empresa de consultoria, por inexigibilidade de licitação, ainda que haja várias empresas que prestem o mesmo serviço, desde que a empresa a ser contratada possua reconhecida idoneidade e o objeto da contratação seja singular.

147. (ANTT – Analista Administrativo Direito – CESPE 2013) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), no que se refere aos encargos trabalhistas, fiscais e

comerciais, a administração é isenta de qualquer responsabilidade pela inadimplência do contratado, sendo possível, entretanto, que responda pelos débitos trabalhistas e previdenciários devidos pela empresa contratada aos seus empregados, se evidenciada conduta culposa na fiscalização do contrato.

148. **(ANTT – Analista Administrativo Direito – CESPE 2013)** É nulo o edital de licitação para a compra de produtos de marca determinada, uma vez que é proibida a indicação da marca do bem a ser adquirido pela administração por meio de licitação.

A Constituição Federal de 1988 (CF) determina que, salvo os casos especificados na legislação, obras, serviços, compras e alienações efetuados pela administração pública serão contratados mediante processo de licitação pública. Considerando as regras estabelecidas pela legislação que regulamenta as licitações, julgue os itens a seguir.

149. **(IBAMA – Analista Administrativo – CESPE 2013)** O pregão eletrônico é modalidade de licitação cabível para compras, serviços, locações e alienações em geral, desde que o objeto da licitação seja considerado comum, isto é, possua padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

150. **(IBAMA – Analista Administrativo – CESPE 2013)** Um dos objetivos da licitação, segundo o art. 3.º da Lei n.º 8.666/1993, é garantir a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

151. **(SERPRO – Analista Advocacia – CESPE 2013)** No que concerne à execução dos contratos administrativos, a administração pública responde solidariamente com o contratado pelo inadimplemento dos encargos previdenciários.

152. **(SERPRO – Analista Advocacia – CESPE 2013)** O termo de contrato administrativo, dependendo do valor, é facultativo nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

153. **(SERPRO – Analista Advocacia – CESPE 2013)** A atualização monetária é devida a partir do vencimento da respectiva obrigação, ainda que não exista no contrato administrativo cláusula expressa nesse sentido. Julgue os itens subsequentes, relativos à responsabilidade da administração pública.

154. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** O órgão da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, assim como a entidade privada com a qual a administração federal celebra convênio, se sujeita, quando da execução de despesas com os recursos transferidos, às disposições da Lei n.º 8.666/1993, especialmente em relação à licitação e ao contrato.

155. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** A habilitação, como fase em que se examina, no procedimento licitatório, a existência das condições que garantem aos interessados o direito de participar da licitação, não tem natureza vinculada, pois, além da

análise dos requisitos constantes da lei e do ato convocatório, a autoridade administrativa dispõe de autonomia para avaliar a idoneidade e exigir quaisquer documentos dos licitantes.

156. (INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) Caso a administração precise adquirir materiais, equipamentos ou gêneros que só podem ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, diz-se que a licitação é inexigível, sendo vedada, entretanto, a preferência de marca.

157. (INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) É correto afirmar que a administração pode, mediante razões de interesse público, revogar uma licitação com base em juízo de oportunidade e conveniência relativos a fatos supervenientes ou a fatos ocorridos antes de iniciada a licitação, sendo necessário, porém, assegurar o contraditório e a ampla defesa ao vencedor do certame.

158. (INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) Concorrência e tomada de preços são modalidades de licitação que garantem a universalidade de acesso, pois delas podem participar quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital. No que concerne a sistema de registro de preços e às disposições relativas ao pregão, julgue os itens que se seguem.

159. (INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) No pregão, é vedada a exigência de garantia de proposta e a aquisição do edital pelos licitantes como condição para participação no certame, assim como o pagamento de taxas e gratificações, exceto os referentes a fornecimento do edital.

160. (INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) O único critério seletivo adotado no pregão é o menor preço, não se dispensando, porém, a necessidade de serem examinados outros aspectos contemplados no edital, como o prazo de fornecimento, especificações técnicas e padrões mínimos de desempenho e qualidade.

161. (INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) O sistema de registro de preços não obriga a administração pública a firmar contrato com o particular beneficiário do registro, mas lhe assegura o direito de preferência, durante seu prazo de vigência.

162. (INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) A licitação para registro de preços somente pode ser realizada somente na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, precedida de ampla pesquisa de mercado.

163. (INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal, de forma concorrente, editar normas gerais de contratação, em todas as modalidades, para suas administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista que lhes são vinculadas.

164. (INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013) Constitui motivo para rescisão do contrato administrativo a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

165. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** Os contratos administrativos devem ser formalizados por meio de instrumentos escritos indicados pela Lei n.º 8.666/1993, como o termo de contrato e a carta contrato, sendo nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração.

166. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** Caracterizando-se como modalidade de contrato, o convênio administrativo constitui instrumento do qual o poder público se utiliza para associar-se a outras entidades públicas, visando mútua colaboração.

Julgue os itens que se seguem, referentes aos contratos administrativos.

167. **(TJRJ – Analista Judiciário – CESPE 2012)** Contratos de compra de pequeno valor e com pagamento imediato podem ser celebrados verbalmente pela administração pública.

Com relação aos contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

168. **(IBAMA – Técnico Administrativo – CESPE 2012)** O tipo de licitação denominada melhor técnica é empregado, exclusivamente, para serviços de natureza predominantemente intelectual.

169. **(IBAMA – Técnico Administrativo – CESPE 2012)** A modalidade de licitação denominada pregão é obrigatória para a contratação de bens e serviços comuns no âmbito federal e opcional para a contratação no âmbito estadual e no municipal.

170. **(IBAMA – Técnico Administrativo – CESPE 2012)** Todo contrato celebrado pela administração pública será considerado um contrato administrativo.

171. **(TRT 10ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013)** O princípio do procedimento formal impõe a vinculação da licitação à lei e às prescrições do edital.

Julgue os itens seguintes, acerca de licitação.

172. **(TCU – Técnico de Controle Externo – CESPE 2012)** Poderá o cidadão, mesmo não sendo licitante, impugnar edital de licitação pública que não esteja em conformidade com a lei.

173. **(TCU – Técnico de Controle Externo – CESPE 2012)** Dado que o instrumento convocatório da licitação não é imutável, pode haver modificações no edital, entretanto, de acordo com a referida lei, duas condições nunca podem ser alteradas: a de que a divulgação ocorra pela mesma forma que se deu o texto original, e a de que o prazo inicialmente estabelecido seja reaberto.

174. **(TCU – Técnico de Controle Externo – CESPE 2012)** Por representarem exceção ao princípio da licitação consagrado no texto constitucional, as hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas na Lei n.º 8.666/1993 configuram um elenco taxativo, e não meramente exemplificativo.

175. (TCU – Técnico de Controle Externo – CESPE 2012) No processamento e julgamento de uma licitação, os envelopes com a documentação para habilitação e os que contêm as propostas dos licitantes devem obrigatoriamente ser abertos em sessão pública, da qual se lavrará uma ata em que sejam narrados os eventos, que deverá ser assinada pelos licitantes presentes e pela comissão competente.

Julgue os itens a seguir, a respeito dos contratos administrativos.

176. (TCU – Técnico de Controle Externo – CESPE 2012) Aplica-se ao contrato administrativo a teoria das nulidades, segundo sua configuração tradicional do direito privado. Assim, a declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele deveria produzir e desconstituindo os já produzidos, o que isenta inteiramente a administração pública do dever de indenizar o contratado.

177. (TCU – Técnico de Controle Externo – CESPE 2012) A regra segundo a qual o prazo de vigência do contrato administrativo não pode ultrapassar os limites de vigência dos créditos orçamentários correspondentes comporta exceções, como a que envolve os projetos de longo prazo previstos no plano plurianual, caso seja do interesse da administração pública e desde que a prorrogação tenha sido prevista no ato convocatório.

Acerca de noções de licitação pública, julgue os itens a seguir.

178. (TJRR – Auxiliar Administrativo – CESPE 2012) O administrador público tem o arbítrio de escolher a modalidade de licitação que julgar melhor para a aquisição do produto ou serviço.

179. (TJRR – Auxiliar Administrativo – CESPE 2012) O edital de licitação não é obrigatório em todas as modalidades de licitação.

180. (TJRR – Auxiliar Administrativo – CESPE 2012) Adjudicação é a fase da licitação que libera os perdedores das suas propostas.

181. (TJRR – Auxiliar Administrativo – CESPE 2012) Haverá licitação dispensada, também chamada de licitação dispensável, quando houver a possibilidade de licitação, porém o administrador público não julgar conveniente a sua realização.

Com relação aos contratos administrativos e à Lei de Licitações, julgue os próximos itens.

182. (TRT 21ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2010) Em qualquer caso, a administração poderá utilizar, para aquisição de bens e serviços e obras de engenharia, a modalidade concorrência; contudo, poderá utilizar a tomada de preços, em substituição, na hipótese de cabimento do convite.

183. (TRT 21ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2010) É nulo e não produz efeito o contrato verbal com a administração em qualquer hipótese, haja vista a necessidade do rígido formalismo exigido pela Lei n.º 8.666/1993.

Acerca de licitação, julgue os itens seguintes.

184. (MPU – Técnico Administrativo – CESPE 2013) Concurso é a modalidade de licitação para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial, com antecedência mínima de quarenta dias.

185. (MPU – Técnico Administrativo – CESPE 2013) É dispensável a licitação para a aquisição, com recursos concedidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de bens destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica.

No que se refere aos princípios, dispensa e inexigibilidade de licitação e aos contratos administrativos, julgue os itens subsecutivos.

186. (CNJ – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Considere que determinado órgão público pretenda contratar consagrado profissional do setor artístico. Nessa situação hipotética, a licitação será inexigível, desde que esta consagração seja pela crítica especializada ou até mesmo pela opinião pública, podendo a contratação ocorrer diretamente ou por meio de empresário exclusivo.

187. (CNJ – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Considere que uma sociedade empresária tenha celebrado contrato administrativo de prestação de serviço com determinado órgão público. Nessa situação hipotética, caso a administração julgue conveniente a substituição da garantia de execução, o contrato poderá ser alterado unilateralmente.

188. (TRT 8ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) A respeito do conceito de licitação e das modalidades concorrência e tomada de preços, assinale a opção correta.

A Na hipótese de venda de um bem imóvel da administração pública a outro órgão público, a alienação, além de ter de ser subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, deve ser precedida de avaliação e de licitação na modalidade concorrência.

B Licitação é o procedimento prévio à celebração dos contratos administrativos que tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para ambas as partes do contrato, promover o desenvolvimento nacional e garantir a isonomia entre os licitantes.

C Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, ou até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

D Na hipótese de licitação feita por entidade da administração pública federal na modalidade tomada de preços, o aviso contendo o resumo do edital da tomada de preços deve ser publicado com antecedência, no mínimo por uma vez, no Diário Oficial da União.

E A seleção de licitantes, no sistema de registro de preços, deve ser feita por meio da modalidade tomada de preços.

189. (TRT 8ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013).A propósito das modalidades de licitação convite, concurso e leilão, assinale a opção correta.

A O leilão pode ser cometido a leiloeiro indicado pelos interessados ou a servidor designado pela administração, procedendo-se na forma da legislação pertinente.

B O prazo mínimo até o recebimento das propostas é de dez dias úteis para a modalidade convite, contados a partir da expedição do convite.

C Quando, por manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção de três licitantes e tal circunstância for devidamente justificada no processo, não será necessária a repetição do convite.

D Concurso é a modalidade de licitação realizada entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição exclusiva de remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes no edital.

E Deve ser adotada a modalidade de licitação leilão para a alienação de bens imóveis da administração pública cuja aquisição haja derivado de procedimentos administrativos ou de dação em pagamento.

190. (TRT 8ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Assinale a opção correta com referência à formalização dos contratos administrativos.

A Para que o contrato administrativo tenha eficácia, é indispensável a publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial, sendo dispensável a adoção da mesma formalidade para os aditamentos contratuais.

B O instrumento de contrato não será obrigatório nas hipóteses em que a administração puder substituí-lo pela ordem de execução de serviço.

C É permitido a quaisquer licitantes ou interessados obter cópia autenticada gratuita do contrato administrativo.

D A administração deve convocar regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, dentro do prazo e das condições estabelecidos, sem direito a prorrogação.

E A formalização adequada para os contratos administrativos relativos a direitos reais sobre imóveis se dá mediante a lavratura de instrumento na repartição interessada.

191. (TRT 8ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Sobre a execução dos contratos administrativos, assinale a opção correta.

A A administração é solidariamente responsável pelos encargos comerciais resultantes da execução do contrato.

B Executado o contrato de locação de equipamentos, o objeto deverá ser recebido provisoriamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material. C Em regra, os testes exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da administração.

D Na hipótese de dano causado diretamente pelo contratado a terceiros, decorrente de sua culpa na execução do contrato, o contratado será responsável pelo dano, ainda que tenha ocorrido a fiscalização pelo órgão interessado.

E Não é permitida a contratação de terceiros para assistir o representante da administração designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

191. (TJ/AL – Técnico judiciário – CESPE 2012) No que concerne à Lei de Licitações, a contratação de um conferencista de renome, durante a inauguração da nova sede do tribunal de justiça, para apresentar sua tese inédita e de interesse dos serventuários e desembargadores caracteriza caso de

- A licitação por pregão.
- B licitação por convite.
- C licitação por leilão.
- D inexigibilidade de licitação.
- E dispensa de licitação.

193. (TJ/RO – Técnico judiciário – CESPE 2012) Acerca de licitação, assinale a opção correta.

- A O instrumento de contrato é obrigatório nas modalidades concorrência, tomada de preço, convite e concurso, não podendo a administração substituí-lo por outros instrumentos hábeis.
- B Constitui princípio fundamental do procedimento administrativo licitatório o julgamento subjetivo.
- C É vedado ao cidadão acompanhar o desenvolvimento de licitação promovida por órgão da administração pública.
- D É inexigível a licitação para aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos de autenticidade certificada.
- E O vencedor de uma licitação tem direito subjetivo à adjudicação do objeto licitado, consoante o princípio da legalidade.

6 Controle da Administração Pública. 6.1 Controle exercido pela administração pública. 6.2 Controle judicial. 6.3 Controle legislativo. 7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 7.1.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.1.2 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.2 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.3 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.

A respeito do procedimento administrativo, do controle judicial da administração pública e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

194.(TRT 17ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013) Em se tratando de atribuição delegada, a autoridade coatora, para fins de interposição de mandado de segurança, será a autoridade delegante.

195.(TRT 17ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013) Caso uma empresa pública federal não tenha recursos suficientes para o adimplemento de indenização derivada da prática de ato ilícito, a União responderá subsidiariamente pela referida obrigação.

196.(TRT 17ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013) O princípio da oficialidade impõe à autoridade administrativa competente a obrigação de impulsionar os processos administrativos, para resolver adequadamente as questões, podendo essa autoridade, inclusive, produzir provas para proteger o interesse dos administrados.

197. (TJ/RO – Técnico judiciário – CESPE 2012) Com relação ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

A O controle judicial destina-se à verificação da legalidade e do mérito dos atos administrativos. B A homologação e a aprovação de ato administrativo são meios de controle interno praticado pelo poder público.

C O controle administrativo pode ser hierárquico ou não hierárquico, podendo somente o controle hierárquico ocorrer de ofício, no exercício da denominada fiscalização administrativa. D O exercício do controle legislativo, também chamado de controle parlamentar, não deve limitar-se às situações previstas na Constituição Federal de 1988.

E A convocação pelo Poder Legislativo de autoridades públicas para prestar informações sobre assunto determinado não constitui hipótese de controle parlamentar político sobre a administração pública.

198. (TRE/MS – Analista Administrativo – CESPE 2013) Determinada professora da rede pública de ensino recebeu ameaças de agressão por parte de um aluno e, mais de uma vez, alertou à direção da escola, que se manteve omissa.

Nessa situação hipotética, caso se consumem as agressões, a indenização será devida

A pelo Estado, objetivamente.

B pelos pais do aluno e pelo Estado em decorrência do sistema de compensação de culpas.

C pelo Estado, desde que presentes os elementos que caracterizem a culpa.

D pelos pais do aluno e, subsidiariamente, pelo Estado.

E pelos pais do aluno, em virtude do poder familiar.

199. (TRE/MS – Analista Administrativo – CESPE 2013) Assinale a opção correta com relação aos controles da administração pública.

A O controle judicial dos atos da administração não é apenas de legalidade, mas recai sempre sobre o mérito administrativo.

B O controle por subordinação é o exercido dentro da mesma administração, permitindo-se ao órgão de graduação superior fiscalizar órgão de menor hierarquia.

C Não pode o secretário estadual controlar a legalidade de ação administrativa praticada por autoridade estadual que tenha agido em desconformidade com norma jurídica válida, por ser tal competência privativa do Poder Judiciário.

D O controle administrativo é exercido apenas pelo Poder Executivo e objetiva fiscalizar ou rever condutas internas, sob os aspectos de conveniência e oportunidade para a administração.

E O controle legislativo não pode ser exercido sobre os entes integrantes da administração indireta.

200. (TJ/AL – Auxiliar judiciário – CESPE 2012) No que tange ao controle e à responsabilização da administração pública, assinale a opção correta.

A Não pode o Estado ser responsabilizado por dano resultante de atos praticados pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário.

B O controle externo exercido pelo Poder Legislativo restringe-se à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados pela administração direta.

C A invalidação de atos administrativos eivados de vícios é imperativa para a administração, ainda que deles não decorram consequências jurídicas ou lesão aos cofres públicos.

D Os atos administrativos editados pelo Poder Executivo poderão ser por ele revogados, mediante controle interno, ou revogados pelo Poder Judiciário.

E O controle interno da administração pública tem, entre outras finalidades, a de comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

201. **(SERPRO – Analista Advocacia – CESPE 2013)** Segundo entendimento do STF, a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva tanto em relação aos usuários, quanto aos não usuários de um serviço público.

201. **(SERPRO – Analista Advocacia – CESPE 2013)** Caso o poder público seja condenado em ação de responsabilidade civil pelos danos causados por seu servidor a terceiro, caberá ação regressiva do Estado contra o servidor, ação esta cujo prazo prescricional será de três anos.

203. **(SERPRO – Analista Advocacia – CESPE 2013)** Na teoria do risco administrativo, verifica-se a necessidade de a vítima comprovar a culpa da administração.

204. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** O controle financeiro exercido pelo Poder Legislativo alcança tanto o Executivo como o Judiciário e sua própria administração, no que se refere à receita, à despesa e à gestão dos recursos públicos. Sujeitas a esse controle estão as áreas de atuação contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

205. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo.

206. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** Os tribunais de contas dispõem de competência para fiscalizar a legalidade, legitimidade, economicidade, a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas das entidades da administração direta, razão pela qual a Constituição Federal lhes faculta a condição de, como órgãos que se inserem na esfera do Poder Executivo, rever o mérito dos atos administrativos praticados no âmbito desse Poder.

207. **(INPI – Analista Direito INPI - CESPE 2013)** O controle judicial sobre atos da administração pública é exclusivamente de legalidade e, como regra, realizado a posteriori. Podem haver, no entanto, situações especiais em que se admite um controle prévio exercido pelo Judiciário.

Acerca do controle legislativo da administração e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

208. (MPU – Analista Processual – CESPE 2013) A responsabilidade civil do Estado incide apenas se os danos causados forem de caráter patrimonial.

209. (MPU – Analista Processual – CESPE 2013) No exercício do controle legislativo, compete ao Senado Federal, em caráter privativo, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, bem como os contratos que padeçam de ilegalidade, neste último caso mediante solicitação da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Todos os anos, na estação chuvosa, a região metropolitana de determinado município é acometida por inundações, o que causa graves prejuízos a seus moradores. Estudos no local demonstraram que os fatores preponderantes causadores das enchentes são o sistema deficiente de captação de águas pluviais e o acúmulo de lixo nas vias públicas. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

210. (TRT 10ª Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – CESPE 2013) Caso algum cidadão pretenda ser ressarcido de prejuízos sofridos, poderá propor ação contra o Estado ou, se preferir, diretamente contra o agente público responsável, visto que a responsabilidade civil na situação hipotética em apreço é solidária.

211. (TRT 10ª Região – Analista Judiciário – Execução de Mandados – CESPE 2013) De acordo com a jurisprudência e a doutrina dominante, na hipótese em pauta, caso haja danos a algum cidadão e reste provada conduta omissiva por parte do Estado, a responsabilidade deste será subjetiva.

No tocante à responsabilidade civil da administração, julgue os itens subsequentes.

212. (TRT 10ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013) A teoria do risco integral obriga o Estado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.

213. (TRT 10ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013) Pela teoria da faute du service, ou da culpa do serviço, eventual falha é imputada pessoalmente ao funcionário culpado, isentando a administração da responsabilidade pelo dano causado. Julgue os itens que se seguem, a respeito do controle da administração pública.

214. (TRT 10ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013) Por força do princípio da separação de poderes, não se admite o controle da administração pública pelo Poder Legislativo.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item abaixo.

215. (TJDFT – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Se um particular sofrer dano quando da prestação de serviço público, e restar demonstrada a culpa exclusiva desse particular, ficará afastada a responsabilidade da administração. Nesse tipo de situação, o ônus da prova, contudo, caberá à administração.

A respeito dos controles administrativo e legislativo no âmbito da administração pública federal, julgue os itens que se seguem.

216. (TRT 17ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Controle administrativo é o poder de fiscalização e correção que a administração pública exerce sobre sua própria atuação, contudo apenas sob o aspecto de mérito, para o fim de confirmar, rever ou alterar condutas internas.

217. (TRT 17ª Região – Técnico Judiciário – CESPE 2013) Constituem hipóteses de controle legislativo o poder do Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa e a fiscalização exercida pelo Congresso relativa à aplicação das subvenções e à renúncia de receitas por parte da administração pública.

8 Regime jurídico-administrativo. 8.1 Conceito. 8.2 Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.

218. (TRE/MS – Analista Administrativo – CESPE 2013) No processo administrativo, a administração pública tem o poder dever de produzir provas com o fim de atingir a verdade dos fatos, não devendo, por isso, ficar restrita ao que as partes demonstrarem no procedimento.

Esse pressuposto, conforme a doutrina pertinente, refere-se ao princípio da

- A da gratuidade.
- B oficialidade.
- C lealdade e boa-fé.
- D do informalismo.
- E da verdade material.

219. (SERPRO – Analista Advocacia – CESPE 2013) O princípio da isonomia pode ser invocado para a obtenção de benefício, ainda que a concessão deste a outros servidores tenha-se dado com a violação ao princípio da legalidade.

220. (SERPRO – Analista Advocacia – CESPE 2013) O princípio da publicidade vincula-se à existência do ato administrativo, mas a inobservância desse princípio não invalida o ato. Julgue os itens que se seguem, relativos aos atos administrativos.

221. (INPI – Analista Direito INPI – CESPE 2013) No processo administrativo disciplinar, a falta de defesa técnica por advogado ofende a Constituição Federal, pois o contraditório e a ampla defesa são princípios orientadores do processo administrativo.

Julgue os itens a seguir, acerca dos princípios e das fontes do direito administrativo.

222. (TRT 10ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013) O princípio da supremacia do interesse público é, ao mesmo tempo, base e objetivo maior do direito administrativo, não comportando, por isso, limites ou relativizações.

223. (TRT 10ª Região – Analista Judiciário – CESPE 2013) Em decorrência do princípio da legalidade, a lei é a mais importante de todas as fontes do direito administrativo.

224. (TJRR – Analista Processual – CESPE 2012) Com fundamento no princípio da oficialidade, nos processos administrativos dos quais resulte a aplicação de sanções ao administrado, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes capazes de justificar a inadequação da sanção aplicada, será admitida a revisão de ofício, hipótese em que poderá haver o agravamento da sanção imposta.

A respeito do conceito e dos princípios da administração pública, julgue os próximos itens.

225. (TJRR – Analista Processual – CESPE 2012) O princípio da supremacia do interesse público vincula a administração pública no exercício da função administrativa, assim como norteia o trabalho do legislador quando este edita normas de direito público.

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
A	E	C	E	E	E	E	C	C	C	E	E	E	C	E
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
E	E	E	E	C	E	C	E	C	E	E	C	E	E	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
E	C	C	C	C	C	E	C	E	E	C	E	C	E	C
46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	E	C	E	E	E	C	C	C	C	E	C	C	E	E
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
C	E	E	C	B	E	C	A	C	E	C	C	C	E	C
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
C	C	C	C	E	E	C	E	E	C	C	C	E	C	E

91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105
C	E	C	E	C	E	C	C	E	E	C	C	C	C	E
106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
C	E	E	B	E	C	E	C	E	C	E	E	E	C	C
121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135
E	E	C	C	C	C	C	E	E	E	C	C	E	C	E
136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150
E	C	E	C	E	B	E	C	C	E	C	C	E	E	C
151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165
C	E	C	C	E	C	E	E	C	C	C	E	E	C	E
166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180
E	C	C	E	E	C	C	E	E	C	E	C	E	C	C
181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195
E	C	E	E	C	C	E	D	C	B	D	D	E	E	C
196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210
C	B	C	B	E	C	C	E	C	E	E	C	E	E	E
211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225
C	C	E	E	C	E	C	E	E	E	E	E	C	E	C